

Açu Petróleo S.A.

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balancos patrimoniais | 6 |
| Demonstrações dos resultados | 7 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 10 |
| Demonstrações do valor adicionado | 11 |
| Notas explicativas das demonstrações financeiras | 12 |



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Açu Petróleo S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Açu Petróleo S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Açu Petróleo S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas

Veja as Notas Explicativas 3(h) e 18 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui na rubrica de receita líquida, o montante de R\$ 399.421 mil, decorrentes da prestação de serviços de transbordo de carga líquida de petróleo.

A Companhia detém contratos que possuem cláusulas de take-or-pay, que asseguram o recebimento de uma quantidade mínima independentemente de sua realização física, caso o cliente da Companhia não exerça o direito de realizá-las dentro do prazo estabelecido. Estes contratos possuem datas de início e fim que por vezes não coincidem com a data das demonstrações financeiras da Companhia e possuem variação do número mínimo de operações estabelecidas para cada contrato.

Devido à relevância dos valores envolvidos, à natureza desses contratos e ao risco de reconhecimento da receita no período inadequado, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como a auditoria avaliou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

Efetuamos análise dos contratos de serviços de transbordo, onde inspecionamos o objeto dos contratos, cláusulas de termo de duração, cláusulas de preços e ajustes, cláusulas de take or pay, quando aplicável, cláusulas de faturamento e cláusulas de penalidade.

Obtivemos 100% das notas fiscais geradas e as documentações suporte relacionadas à prestação de serviço observando se estão em nome da Companhia, confrontando o valor com o saldo registrado na contabilidade e avaliando se foram reconhecidas no período adequado.

Inspecionamos saldo em extrato bancário para as receitas reconhecidas no período já recebidas.

Cruzamos o número total de operações ocorridas no período com o número de operações acordadas em contrato.

Adicionalmente, obtivemos as notas fiscais emitidas no período de 01/01/2021 a 31/01/2021 e inspecionamos a respectiva documentação suporte relacionada à prestação de serviço com o objetivo de avaliar se foram reconhecidas no período adequado.

Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receita de contrato com cliente, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 tomadas em conjunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros

contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP – 014428/O-6 F -RJ


Juliana Ribeiro de Oliveira

Contador CRC RJ – 095335/O-0

Açu Petróleo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|------|-------------------------|-------------------------|
| Ativo | | | |
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 5.804 | 5.427 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 420.991 | 68.912 |
| Clientes | 7 | 20.865 | 42.819 |
| Impostos a recuperar | 8 | 11.680 | 19.921 |
| IRPJ e CSLL a recuperar | 8 | - | 11 |
| Despesas antecipadas | | 15.303 | 2.670 |
| Outros ativos circulantes | | <u>56</u> | <u>375</u> |
| | | 474.699 | 140.135 |
| Não circulante | | | |
| Clientes | 7 | 777 | 570 |
| Outros ativos não circulantes | | 192 | 334 |
| Depósitos vinculados | 6 | 100.788 | 46.616 |
| Imobilizado | 11 | 1.709.782 | 1.400.140 |
| Direito de uso de arrendamento | | 1.931 | 1.666 |
| Intangível | 12 | <u>63.431</u> | <u>51.289</u> |
| | | <u>1.876.901</u> | <u>1.500.615</u> |
| Total de ativos | | <u>2.351.600</u> | <u>1.640.750</u> |
| Passivo | | | |
| Circulante | | | |
| Fornecedores | 13 | 36.644 | 11.382 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 54.913 | 35.217 |
| Salários e encargos recolher | | 6.401 | 5.681 |
| Contas a pagar com partes relacionadas | 10 | 12.905 | 14.234 |
| Impostos e contribuições a recolher | 15 | 1.613 | 1.934 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 15 | 150 | 679 |
| Adiantamento de clientes | | 4.785 | - |
| Passivo de arrendamento | | 395 | 308 |
| Outros passivos circulantes | | <u>8</u> | <u>176</u> |
| | | 117.814 | 69.611 |
| Não circulante | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 1.148.577 | 354.509 |
| Impostos diferidos | 9 | 133.254 | 23.423 |
| Passivo de arrendamento | | <u>1.266</u> | <u>1.625</u> |
| | | 1.283.097 | 379.557 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 17 | 588.262 | 199.262 |
| Reserva de capital | | 29.451 | 929.451 |
| Prejuízos acumulados | | (85.953) | (10.463) |
| Ajuste acumulado de conversão | | <u>418.929</u> | <u>73.332</u> |
| Total do patrimônio líquido | | <u>950.689</u> | <u>1.191.582</u> |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | <u>2.351.600</u> | <u>1.640.750</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2020 | 2019 |
|---|------|-------------------------|------------------------|
| Receita líquida de serviços | 18 | 399.421 | 236.523 |
| Custo dos serviços prestados | 19 | <u>(219.751)</u> | <u>(171.747)</u> |
| Lucro bruto | | <u>179.670</u> | <u>64.776</u> |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas gerais e administrativas | 20 | (23.208) | (21.805) |
| Perdas de crédito esperadas | | 24 | (10) |
| Outras receitas/despesas operacionais | | <u>(199)</u> | <u>426</u> |
| Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos | | <u>156.287</u> | <u>43.387</u> |
| Resultado financeiro | | | |
| Receitas financeiras | 21 | 843 | 5.173 |
| Despesas financeiras | 21 | <u>(108.166)</u> | <u>(46.485)</u> |
| | | <u>(107.323)</u> | <u>(41.312)</u> |
| Resultado antes dos impostos | | <u>48.964</u> | <u>2.075</u> |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 9 | (30.470) | (5.993) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 9 | <u>(93.984)</u> | <u>(10.698)</u> |
| Prejuízo líquido do exercício | | <u>(75.490)</u> | <u>(14.616)</u> |
| Resultado por ação | | | |
| Resultado por ação – básico e diluído (em R\$) | 22 | (0,1689) | (0,0547) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

| | 2020 | 2019 |
|---|-----------------------|----------------------|
| Prejuízo líquido do exercício | (75.490) | (14.616) |
| Outros resultados abrangentes | | |
| Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado: | | |
| Ajuste acumulado de conversão | <u>345.597</u> | <u>45.368</u> |
| Total dos resultados abrangentes do exercício | <u><u>270.107</u></u> | <u><u>30.752</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Reserva de capital | Reserva Legal | Prejuízos acumulados | Ajuste acumulado de conversão | Total do patrimônio líquido |
|--|----------------|--------------------|---------------|----------------------|-------------------------------|-----------------------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2019 | 249.262 | 929.451 | 4.153 | | 27.964 | 1.210.830 |
| Prejuízo líquido do exercício | - | - | | (14.616) | - | (14.616) |
| Redução de capital (nota 17) | (50.000) | - | | - | - | (50.000) |
| Absorção do prejuízo com reservas | - | - | (4.153) | 4.153 | - | - |
| Ajuste acumulado de conversão | - | - | | - | 45.368 | 45.368 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 199.262 | 929.451 | - | (10.463) | 73.332 | 1.191.582 |
| Prejuízo líquido do exercício | - | - | - | (75.490) | - | (75.490) |
| Aumento de capital (nota 17) | 900.000 | (900.000) | - | - | - | - |
| Redução de capital (nota 17) | (511.000) | - | - | - | - | (511.000) |
| Ajuste acumulado de conversão | - | - | - | - | 345.597 | 345.597 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 588.262 | 29.451 | - | (85.953) | 418.929 | 950.689 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

| | 2020 | 2019 |
|---|------------------|------------------|
| Fluxos de caixa de atividades operacionais | | |
| Lucro antes dos impostos | 48.964 | 2.075 |
| Itens de resultado que não afetam o caixa: | | |
| Depreciação e amortização | 98.009 | 77.681 |
| Juros sobre empréstimos | 49.793 | 26.469 |
| Amortização do custo de transação | 3.695 | 1.897 |
| Perdas de crédito esperadas | (24) | 10 |
| Resultado com operações de renda variável | 7.075 | - |
| Variação cambial | 33.062 | 5.773 |
| | 240.574 | 113.905 |
| (Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos: | | |
| Impostos a recuperar | 13.899 | 17.871 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | - | 3.308 |
| Clientes | 34.107 | (7.317) |
| Contas a receber com partes relacionadas | 5.403 | 15.398 |
| Despesas antecipadas | (11.772) | (1.339) |
| Outros ativos circulantes | 435 | (458) |
| Fornecedores | 22.306 | 5.271 |
| Contas a pagar com partes relacionadas | (5.411) | 3.710 |
| Impostos e contribuições a recolher | (873) | 434 |
| Salários e encargos recolher | (917) | 1.856 |
| Outros passivos circulantes | (212) | (11) |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (23.860) | 666 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 273.679 | 153.294 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado | (29.679) | (14.805) |
| Aquisição de intangíveis | (56) | (129) |
| Títulos e valores mobiliários | (332.777) | (68.912) |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento | (362.512) | (83.846) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | |
| Custos de Transação | (2.252) | - |
| Depósitos vinculados | (40.386) | (1.631) |
| Pagamento de juros de empréstimos | (44.648) | (26.760) |
| Pagamento principal de empréstimos | (65.706) | (27.788) |
| Redução de capital | (511.000) | (50.000) |
| Empréstimos e financiamentos obtidos | 747.881 | - |
| Passivo de arrendamento | (501) | - |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento | 83.388 | (106.179) |
| Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa | (5.445) | (36.731) |
| No início do exercício | 5.427 | 53.218 |
| No final do exercício | 5.804 | 5.427 |
| Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa | (5.822) | 11.060 |
| | (5.445) | (36.731) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Açu Petróleo S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

| | 2020 | 2019 |
|--|------------------|-----------------|
| Receitas | | |
| Receita de serviços | 450.037 | 266.771 |
| Perdas de crédito esperada | 24 | (10) |
| | <u>450.061</u> | <u>266.761</u> |
| Insumos adquiridos de terceiros | | |
| Custos dos serviços prestados | (121.763) | (93.473) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (5.965) | (5.982) |
| | <u>(127.728)</u> | <u>(99.455)</u> |
| Valor adicionado bruto | <u>322.333</u> | <u>167.306</u> |
| Depreciação e amortização | (98.009) | (77.682) |
| Valor adicionado líquido produzido pela Companhia | <u>224.324</u> | <u>89.624</u> |
| Valor adicionado recebido em transferência | | |
| Receitas financeiras | 843 | 5.173 |
| Valor adicionado total a distribuir | <u>225.167</u> | <u>94.797</u> |
| Distribuição do valor adicionado: | | |
| Pessoal | | |
| Remuneração direta | 13.098 | 10.933 |
| Benefícios | 1.286 | 1.140 |
| FGTS | 372 | 313 |
| | <u>14.756</u> | <u>12.386</u> |
| Impostos, taxas e contribuições | | |
| Federais | 178.265 | 49.853 |
| Municipais | 9.049 | 5.643 |
| | <u>187.314</u> | <u>55.496</u> |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Juros | 97.945 | 40.671 |
| Aluguéis | 254 | 556 |
| Outras | 388 | 304 |
| | <u>98.587</u> | <u>41.531</u> |
| Remuneração de capitais próprios | | |
| Prejuízo líquido do exercício | (75.490) | (14.616) |
| Valor adicionado total distribuído | <u>225.167</u> | <u>94.797</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Açu Petróleo S.A. (“Açu Petróleo” ou “Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller - 116, no Edifício Rio Sul Center, no bairro de Botafogo, tem como objeto social a prestação de serviços de “*double-banking transshipment*”, que ocorre quando os navios estão atracados em píer, com serviço de logística de transporte de carga líquida. Com a primeira operação em agosto de 2016, a Açu Petróleo S.A. tem como controladora a Prumo Logística S.A, que possui o objetivo de desenvolver empreendimentos de infraestrutura e soluções logísticas integradas, principalmente no setor portuário.

O terminal da Açu Petróleo possui três berços disponíveis ao longo do quebra-mar de 1,4 km^{*}, sendo que dois deles, os berços Norte e Central, tem capacidade para receber até navios exportadores tipo (Very Large Crude Carrier (“VLCC”)) e o berço Sul, com capacidade para operar até navios Suezmax. O referido terminal (“T-Oil”), está licenciado para a movimentação de até 1,2 milhão de barris de óleo por dia.

As obras de dragagem foram concluídas no final do ano de 2017, desta forma, a profundidade do canal de acesso e dos berços norte e central do T-Oil aumentaram, permitindo assim a operação de navios VLCC. A primeira operação com um navio VLCC, com dois milhões de barris* de capacidade, foi realizada em maio de 2018.

Destaques do exercício de 2020

Acordo de arbitragem

Em 2017, a Açu Petróleo entrou com um processo de arbitragem contra a Shell Brasil Petróleo Ltda. (“Shell”), no contexto de uma disputa contratual que havia surgido entre as partes sob o contrato de serviços de transbordo de petróleo, envolvendo a implementação de operações de transbordo com embarcações VLCC. Durante o processo de arbitragem, a Shell continuou a operar regularmente no terminal de petróleo da Açu Petróleo com embarcações Suezmax, de acordo com os termos e condições do contrato. Em maio de 2020, as partes chegaram a um acordo para encerrar a disputa e definitivamente encerrar a arbitragem, o que permitiu o início das operações VLCC da Shell no terminal. Este acordo não gerou nenhum direito ou obrigação adicional para Açu Petróleo, referente a serviços já prestados.

Liberação de linha de Crédito

A Companhia possui uma linha de crédito de US\$350 milhões com a U.S. International Development Finance Corporation (DFC), antes nomeada Overseas Private Investment Corporation (“OPIC”), agência financeira norte americana de desenvolvimento. Desse montante, a Açu Petróleo sacou a quantia de US\$115 milhões e, em junho de 2020, a Companhia obteve a liberação de US\$ 145 milhões de sua linha de crédito com a DFC, com vencimento em outubro de 2035 e taxa de juros de 4,62% ao ano, a serem pagos em parcelas semestrais, conforme mencionado na Nota 14 - Empréstimos e Financiamentos. Com essa

(*) Informação não auditada.

nova captação, a Companhia totalizou US\$ 260 milhões de saque do valor de até US\$ 350 milhões. Esta linha de crédito tem o objetivo de equilibrar a estrutura de capital da Companhia.

Início das operações noturnas em junho 2020

Em 15 de junho de 2020 a Companhia realizou sua primeira manobra de entrada noturna com navios de petróleo, a manobra realizada foi de um navio Suezmax, aumentando ainda mais a disponibilidade do terminal da Companhia.

Reestruturação de capital

Em 8 de maio de 2020, a Companhia aumentou o capital social no valor de R\$ 900.000, com utilização de saldo da reserva de capital, com emissão de novas ações e mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia.

Em 30 de julho de 2020, houve uma redução de capital no valor de R\$ 511.000. A ata da assembléia geral foi publicada em 30 de julho de 2020, e a redução ocorreu no mesmo dia. Deste modo, o capital social da Companhia passa a ser R\$ 588.262. O objetivo da redução de capital está detalhado na nota explicativa Nº 17.

Power Supply

Em 1º de dezembro de 2020, a Companhia concluiu a construção de um cubículo alimentador na subestação Ferroport SE-01, conectado ao barramento de 13,8kV* existente e um cubículo de 34,5kV*, considerando a utilização de um transformador. Este painel é responsável para a alimentação elétrica de dois transformadores, gerando assim uma redução nos custos de energia elétrica no terminal, necessidade de geradores de energia a base de diesel, que por sua vez, diminui os custos de aluguel e compra de combustível e maior estabilidade na rede elétrica do terminal.

COVID-19 e impactos para Açu Petróleo S.A.

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou que o surto de coronavírus (COVID-19) se caracteriza como uma pandemia. As decisões desencadeadas aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. A Administração implementou medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Criação de um Comitê de Crises;
- Reuniões virtuais, suspensão de eventos e viagens;
- Implementação de *home office* para colaboradores dos escritórios sempre que possível; e
- No porto, nenhum navio é autorizado pela agência reguladora do Ministério da Saúde a atracar até que o relatório do comandante sobre as condições sanitárias da embarcação e tripulação seja aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

(*) Informação não auditada.

Considerando a situação atual da disseminação do surto e, em consonância com as orientações publicadas no alerta do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 09 de março de 2020, e no Ofício-Circular n.º 02/2020 da CVM sobre os efeitos do coronavírus nas Demonstrações Financeiras, a Companhia procedeu análise de risco para identificar eventuais impactos do COVID-19 sobre estas demonstrações financeiras.

No cenário atual, não houveram quebras contratuais ou interrupções nas operações, considerando que a Companhia realiza uma atividade considerada essencial.

Da mesma forma, não foram observadas interrupções na cadeia de suprimentos, pois os fornecedores da Companhia prestam serviços essenciais e continuaram a operar e prestar serviços para a Companhia. Os clientes da Companhia continuaram a operar e não foram recebidos avisos de quebras contratuais por força maior ou alterações nos termos dos contratos de serviços de “*double banking*” existentes. A Companhia não prevê a incapacidade de pagar aos credores nas datas de vencimento de cada título ou incapacidade de cumprir os termos contratuais do empréstimo com a DFC.

Não houve um número significativo de funcionários diagnosticados com COVID-19 e o trabalho remoto não impactou significativamente nossas operações, incluindo o uso de sistemas de relatórios financeiros, não impactando significativamente o ambiente de controle interno. Não foram incorridas, e não são esperados incorrer no futuro, despesas significativas relacionadas à continuidade dos negócios.

A extensão do impacto que o COVID-19 pode ter nas operações da Companhia, na liquidez, na condição financeira e nos resultados das operações, dependerá de desenvolvimentos futuros e inúmeros fatores em evolução que não podem ser previstos, incluindo, mas não se limitando, a duração e a disseminação da pandemia, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto, a duração, tempo e gravidade do impacto nos mercados financeiros globais e na indústria de petróleo e gás globais, e na condição da economia brasileira. Não é possível prever razoavelmente quando, ou em que medida, a demanda por produtos à base de petróleo, os mercados globais e a economia global se estabilizarão, e o ritmo de qualquer recuperação subsequente para a indústria de petróleo e gás.

2 Base de preparação e apresentação da demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

Essas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com o *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em 17 de março de 2021. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos títulos e valores mobiliários (vide nota 5), que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma Companhia é a moeda do principal ambiente econômico em que ela está inserida e deve ser a moeda que melhor reflete os negócios e operações da Companhia. Com base nessa análise, a Administração concluiu que o dólar americano (“US\$”) é a sua moeda funcional. Esta conclusão baseia-se nos indicadores primários e secundários previstos no CPC 02 (R2) / IAS 21, norma contábil que trata dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis.

A moeda de apresentação é a moeda em que as demonstrações financeiras são apresentadas e normalmente definida em função de obrigações legais da Companhia. Em atendimento à legislação brasileira, estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos pela taxa de câmbio de fechamento do período;
- Contas do resultado e demonstração dos fluxos de caixa pela taxa média mensal; e
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação

As principais taxas cambiais utilizadas pela Companhia para converter suas operações são as seguintes:

| | Taxa de fechamento | | Taxa média | |
|--------------------|--------------------|--------|------------|--------|
| | 2020 | 2019 | 2020 | 2019 |
| US Dollar ("US\$") | 5,1967 | 4,0307 | 5,1578 | 3,9461 |

Os ajustes resultantes da conversão acima têm sua contrapartida reconhecida na rubrica específica do patrimônio líquido denominada “ajustes acumulados de conversão”.

Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

| | 2020 | | 2019 | |
|------------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | US\$ | R\$ | US\$ | R\$ |
| Patrimônio líquido | | | | |
| Capital social | 191.606 | 588.262 | 52.438 | 199.262 |
| Reserva de capital | 7.780 | 29.451 | 245.526 | 929.451 |
| Prejuízos acumulados | (16.446) | (85.953) | (2.339) | (10.463) |
| Ajuste acumulado de conversão | - | 418.929 | - | 73.332 |
| Total do patrimônio líquido | 182.940 | 950.689 | 295.625 | 1.191.582 |
| | 452.518 | 2.351.600 | 407.062 | 1.640.750 |

Demonstrações dos resultados

| | 2020 | | 2019 | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | US\$ | R\$ | US\$ | R\$ |
| Receita líquida de serviços | 77.304 | 399.421 | 59.938 | 236.523 |
| Custo dos serviços prestados | (42.586) | (219.751) | (43.523) | (171.747) |
| Lucro bruto | 34.718 | 179.670 | 16.415 | 64.776 |
| Despesas operacionais | | | | |
| Despesas gerais e administrativas | (4.507) | (23.208) | (5.526) | (21.805) |
| Perdas de crédito esperadas | 5 | 24 | (2) | (10) |
| Outras receitas/despesas operacionais | (39) | (199) | 107 | 426 |
| Resultado antes do resultado financeiro e impostos | 30.177 | 156.287 | 10.994 | 43.387 |
| Resultado financeiro | | | | |
| Receitas financeiras | 154 | 843 | 1.311 | 5.173 |
| Despesas financeiras | (20.303) | (108.166) | (11.780) | (46.485) |
| Resultado antes dos impostos | (20.149) | 48.964 | 525 | 2.075 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (5.921) | (30.470) | (1.518) | (5.993) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (18.214) | (93.984) | (2.711) | (10.698) |
| Prejuízo do exercício | (14.107) | (75.490) | (3.704) | (14.616) |
| Resultado por ação | | | | |
| Resultado por ação – básico e diluído (em R\$) | (0,0316) | (0,1689) | (0,0139) | (0,0547) |

Demonstrações dos fluxos de caixa

| | 2020 | | 2019 | |
|---|-----------------|------------------|-----------------|------------------|
| | US\$ | R\$ | US\$ | R\$ |
| Fluxos de caixa de atividades operacionais | | | | |
| Lucro (Prejuízo) antes dos impostos | 10.028 | 48.964 | 525 | 2.075 |
| Itens de resultado que não afetam o caixa: | | | | |
| Depreciação e amortização | 19.002 | 98.008 | 19.686 | 77.681 |
| Juros sobre empréstimos | 9.654 | 49.793 | 6.708 | 26.469 |
| Provisão para perda esperada | (5) | (24) | 2 | 10 |
| Amortização do custo de transação | 716 | 3.695 | 481 | 1.897 |
| Resultado com operações de renda variável | 1.372 | 7.075 | - | - |
| Variação cambial | 6.410 | 33.062 | 1.463 | 65.772 |
| | 47.177 | 240.574 | 28.865 | 113.905 |
| (Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos: | | | | |
| Impostos a recuperar | 2.695 | 13.899 | 4.529 | 17.871 |
| Imposto de renda e contribuição social a recuperar | - | - | 838 | 3.308 |
| Clientes | 6.613 | 34.107 | (1.853) | (7.317) |
| Contas a receber com partes relacionadas | 1.483 | 7.649 | 3.902 | 15.398 |
| Despesas antecipadas | (2.282) | (11.772) | (339) | (1.339) |
| Outros ativos circulantes | 84 | 436 | (115) | (458) |
| Fornecedores | 4.325 | 22.306 | 1.336 | 5.271 |
| Contas a pagar com partes relacionadas | (1.049) | (5.411) | 939 | 3.710 |
| Impostos e contribuições a recolher | (169) | (873) | 110 | 434 |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | (4.626) | (23.860) | 169 | 666 |
| Salários e encargos recolher | (178) | (917) | 470 | 1.856 |
| Outros passivos circulantes | (41) | (212) | (2) | (11) |
| | 53.597 | 273.679 | 38.849 | 153.294 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 53.597 | 273.679 | 38.849 | 153.294 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado | (5.754) | (29.679) | (3.409) | (14.805) |
| Aquisição de intangíveis | (12) | (56) | (32) | (129) |
| Investimento em fundo cambial | (64.519) | (332.777) | (17.097) | (68.912) |
| | (70.285) | (362.512) | (20.538) | (83.846) |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento | (70.285) | (362.512) | (20.538) | (83.846) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamento | | | | |
| Custos de transação | (437) | (2.252) | - | - |
| Depósitos vinculados | (7.830) | (40.386) | (413) | (1.631) |
| Pagamento de juros de empréstimos | (8.656) | (44.648) | (6.781) | (26.760) |
| Pagamento principal de empréstimos | (12.739) | (65.706) | (7.042) | (27.788) |
| Redução de capital | (98.578) | (511.000) | (13.159) | (50.000) |
| Passivo de arrendamento | (97) | (501) | - | - |
| Empréstimos e financiamentos obtidos | 145.000 | 747.881 | - | - |
| | 16.663 | 83.388 | (27.395) | (106.179) |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento | 16.663 | 83.388 | (27.395) | (106.179) |
| Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa | (24) | (5.445) | (9.084) | (36.729) |

| | 2020 | | 2019 | |
|--|-------------|----------------|----------------|-----------------|
| | US\$ | R\$ | US\$ | R\$ |
| No início do exercício | 1.346 | 5.427 | 13.734 | 53.218 |
| No final do exercício | 1.117 | 5.804 | 1.346 | 5.427 |
| Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa | 640 | (5.822) | 3.304 | 11.060 |
| | <u>(24)</u> | <u>(5.445)</u> | <u>(9.084)</u> | <u>(36.731)</u> |

d. Uso de julgamentos e estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. A Companhia realiza revisão de suas premissas ao menos anualmente. As revisões são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionados a julgamentos e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** – reconhecimento de impostos de renda e contribuição social diferidos e disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 12** – definição da vida útil dos ativos intangíveis e avaliação da recuperabilidade dos ativos;
- **Nota 16** – reconhecimento e mensuração de provisões para contingências;

As informações sobre os julgamentos feitos na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, referem-se principalmente à julgamentos realizados para a definição do dólar norte-americano como moeda funcional, em consonância com o CPC 02/IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Quando os indicadores para a determinação da moeda funcional não é um processo tão óbvio, a administração deve se valer de julgamento para determinar a moeda funcional que representa com maior fidedignidade os efeitos econômicos das transações, eventos e condições subjacentes. Para a realização deste julgamento, a administração considera as seguintes características:

- A moeda que mais influencia os preços de venda de bens e serviços da Companhia é o dólar norte-americano. A Companhia entende que parte substancial das transações de sua operação tem como base os preços definidos em dólar americano, ainda que sejam contratos com clientes e fornecedores domésticos. Com exceção do contrato com a Petrobras, todos os demais contratos da companhia são referenciados em dólar norte americano, à exemplo dos contratos de “Take-or-Pay” mencionados na nota 24.

- A moeda que mais influencia os custos para o fornecimento de bens ou serviços é o dólar norte-americano, considerando que a Companhia possui custos diretamente ligados a operação denominados em dólar, à exemplo das tarifas portuárias e custos com o operador portuário Oiltanking Serviços Ltda. (vide nota 10).
- Os financiamentos obtidos junto à U.S. International Development Finance Corporation (DFC), agência financeira norte americana de desenvolvimento, são denominados em dólar e representam a totalidade dos empréstimos obtidos, que são recursos utilizados para financiamento da operação da Companhia.

Com base nas definições supracitadas e nas características apresentadas, a Companhia entende ser adequada a definição do dólar norte-americano como moeda funcional.

e. Mudanças nas principais políticas contábeis

Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020:

- Definição de Negócio (Alterações ao CPC 15/ IFRS 3)
- Definição de Materialidade (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)
- Reforma da taxa de juros de referência (Alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC 40/IFRS 7)

Após avaliação da administração, não há impactos relevantes que pudessem afetar as demonstrações financeiras da Companhia.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança do modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui instrumentos que se qualifiquem como mensurados ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA).

Todos os demais ativos financeiros, não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivo assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AAA e AA+, baseado nas principais agências de *rating*, sendo elas S&P, Moodys e Fitch. A Companhia também possui fundos de investimento em renda fixa. Estes ativos financeiros possuem liquidez imediata e são apresentados no ativo circulante.

O *impairment* estimado no caixa e equivalentes de caixa foi calculado com base na perda esperada de 12 meses e reflete os curtos prazos de vencimentos das exposições de risco. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de créditos externos das contrapartes.

Títulos e valores mobiliários

Os títulos classificados como valor justo por meio do resultado referem-se exclusivamente ao investimento em fundo cambial, realizado para proteger o caixa mantido em reais das oscilações de câmbio do dólar americano, pois a Açu Petróleo adota o dólar americano como moeda funcional.

Depósitos vinculados

São recursos mantidos em dólares americanos em contas no exterior, servindo como garantias exigidas pelo acordo de financiamento de longo prazo com a *U.S. International Development Finance Corporation* (DFC), agência financeira norte americana de desenvolvimento. Por possuírem pouca liquidez, estes depósitos não são classificados como equivalentes de caixa e, com base em sua expectativa de realização, são apresentados no ativo não circulante.

A posição de perda estimada no caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco. A Companhia usou uma abordagem similar à utilizada para caixa e equivalente de caixa na avaliação da perda de crédito esperada.

Clientes

As taxas de perda são baseadas nas experiências reais de perda de crédito verificadas nos últimos anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.

b. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, conforme mencionado na Nota 11.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As taxas de depreciação também podem ser observadas na nota explicativa Nº 11.

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis desde a fase de construção e instalação até o início de operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

c. Intangível

Ativos intangíveis compreendem os direitos de acesso, conforme mencionado na Nota 12, e que têm vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

O valor amortizável do ativo intangível com vida útil definida é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. A amortização é iniciada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando se encontrar no local e nas condições necessários para que possa funcionar da maneira pretendida pela administração. As taxas de amortização dos ativos mencionados, podem ser observados, também na respectiva nota explicativa 12.

O direito de acesso refere-se ao contrato firmado com as partes relacionadas Porto do Açu e Ferroport denominado Port Access Agreement, aditado em abril de 2013. Em 17 de setembro de 2015, o contrato foi aditado passando o direito de acesso da Porto do Açu à Açu Petróleo. O contrato tem como objeto principal a concessão, pela Ferroport, do direito de acesso às instalações portuárias do T1 à Companhia, seus representantes e clientes.

d. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso

contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Como a operação atual da Companhia se refere à operação de um único terminal portuário, para fins da avaliação da eventual redução ao valor recuperável, os ativos imobilizados são considerados uma única UGC.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil.

Os valores contábeis das demonstrações financeiras são apurados na moeda funcional (dólar americano) enquanto que a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda brasileira local (real). Portanto, flutuações na taxa de câmbio podem afetar significativamente o valor do resultado do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecido em cada período, principalmente decorrente do impacto sobre os ativos não monetários.

Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Moeda estrangeira

Moeda estrangeira é qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia e transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pela taxa da transação ou pela taxa média mensal.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado na linha de variação cambial do resultado financeiro.

Itens não monetários são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira e são convertidos utilizando a taxa de conversão na data da transação.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas a cada data de reporte.

h. Receita de transbordo de petróleo

A Companhia avaliou os seus contratos com clientes e verificou as obrigações de performance e o preço da transação para cada obrigação de performance. O termo “obrigação de performance”, no que se refere à norma contábil, diz respeito à obrigação da companhia desempenhar a sua obrigação de repassar o controle do bem ou serviço ao cliente.

Os contratos da companhia, com exceção da Petrobras, possuem cláusulas de *take-or-pay*, com variação do número de operações para cada contrato. As cláusulas de *take-or-pay* são mecanismos contratuais que asseguram o recebimento de uma quantidade mínima de operações *double banking*, independentemente de sua realização física, caso o cliente não exerça o direito de realiza-las dentro do prazo estabelecido.

Para estes casos, a Companhia reconhece as receitas de *breakage* (quebra) quando a probabilidade de o cliente exercer seus direitos é remota e para as operações *double banking* físicas, as obrigações de *performance* são consideradas atendidas no momento da desconexão dos mangotes, ao final de cada operação, conforme previsão contratual. Desse modo, após satisfeitas as condições precedentes desta obrigação de *performance*, as receitas são reconhecidas de acordo com o preço identificado para cada contrato, ou seja, à medida que cada operação é realizada.

Adicionalmente, em atendimento ao CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, a Companhia divulga, separadamente, os valores referentes às perdas por redução ao valor recuperável (reconhecidas de acordo com o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) sobre quaisquer recebíveis ou ativos de contrato provenientes de contratos da entidade com clientes, para os quais a entidade deve divulgar separadamente das perdas por redução ao valor recuperável de outros contratos.

i. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído aos detentores de ações da Companhia pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. O resultado por ação diluído é igual ao básico para todos os períodos apresentados, pela inexistência de transações com potenciais efeitos dilutivos.

j. Informações por segmento

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional, transbordo de petróleo, que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões pelos principais tomadores de decisão da Açu Petróleo.

k. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras anuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

1. Novas normas e interpretações não efetivas

Uma série de novas normas foram emitidas com datas de adoção efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, uma vez que a adoção antecipada das normas, embora incentivada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Contrato Onerosos (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- Reforma de taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16);
- Concessão de aluguel relacionadas à COVID-19 (alterações ao CPC 06/IFRS 16);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à estrutura conceitual (alterações do CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do passivo em circulante e não circulante (alterações no CPC 26/IAS 1); e
- IFRS 17 Contratos de seguros;

Não se espera que as normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

| | 2020 | 2019 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Caixa e depósitos bancários | 3.793 | 2.468 |
| Aplicações financeiras de curto prazo | 2.012 | 2.959 |
| (-) Perdas de crédito esperadas | (1) | - |
| | 5.804 | 5.427 |

O montante de caixa e equivalentes de caixa inclui saldos mantidos em contas correntes, *onshore*, no banco Citibank. Além desses saldos, a Companhia possui recursos aplicados em um Fundo de Investimento em Renda Fixa, junto ao Citibank, que possui liquidez de D+1, e as cotas estão prontamente conversíveis para quantias conhecidas de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5 Títulos e valores mobiliários

| | 2020 | 2019 |
|---------------|----------------|---------------|
| Fundo cambial | 420.991 | 68.912 |
| | 420.991 | 68.912 |

Os títulos são classificados como valor justo por meio de resultado e referem-se exclusivamente ao fundo cambial junto ao BNP. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento de D+1, e está sujeito a um significativo risco de mudança de valor e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização.

O aumento no período ocorreu principalmente em decorrência dos valores obtidos em empréstimo de sua linha de crédito com a U.S. International Development Finance Corporation (DFC) no valor de US\$ 145,0 milhões (R\$ 736,5 milhões), conforme Nota 14, dos quais R\$ 420,9 milhões permanecem aplicados no fundo de câmbio.

6 Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados da Companhia referem-se a recursos mantidos em dólares norte-americanos no montante de R\$ 100.797 (R\$ 46.621 em 31 de dezembro de 2019) em contas offshore. Os empréstimos e financiamentos adquiridos com a “US International Development Finance Corporation (DFC)”, de acordo com as condições descritas na nota 14 - item (c), têm como garantia depósitos vinculados, sendo um requisito de reserva relacionada à dívida e reserva da tarifa portuária. Os saldos desses depósitos, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, podem ser vistos abaixo:

| | 2020 | 2019 |
|---------------------------------|-----------------------|----------------------|
| Depósitos vinculados | 100.797 | 46.621 |
| (-) Perdas de crédito esperadas | <u>(9)</u> | <u>(5)</u> |
| | <u>100.788</u> | <u>46.616</u> |

7 Clientes

| | 2020 | 2019 |
|--------------------------------|----------------------|----------------------|
| Contas a receber | 21.664 | 43.433 |
| (-) Perda de crédito esperadas | <u>(22)</u> | <u>(44)</u> |
| | <u>21.642</u> | <u>43.389</u> |
| Circulante | 20.865 | 42.819 |
| Não Circulante | 777 | 570 |

As informações sobre a concentração de receita estão demonstradas no item Risco de Crédito na Nota 24.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e a perda estimada para recebíveis, separados em seis níveis, de acordo com a data de vencimento desses recebíveis, em 31 de dezembro de 2020:

| Nível de Risco | Rating ⁽¹⁾ | 2020 | | | 2019 | | |
|----------------|-----------------------|---------------|------------------------------|-------------------|---------------|------------------------------|-------------------|
| | | Saldo Bruto | Taxa de perda ⁽¹⁾ | Provisão de Perda | Saldo Bruto | Taxa de perda ⁽¹⁾ | Provisão de Perda |
| Nível 1 | A vencer | 21.664 | 0,1% | (22) | 43.433 | 0,1% | (44) |
| Total | | 21.664 | - | (22) | 43.433 | | (44) |

(1) Rating e Taxa de Perda interna da Companhia

Movimentação de perda de crédito esperadas

| | 2020 | 2019 |
|---------------------|-------------|-------------|
| Saldo inicial | (44) | (33) |
| Adições | 22 | (10) |
| Ajuste de conversão | - | (1) |
| Saldo final | (22) | (44) |

8 Impostos a recuperar

| | 2020 | 2019 |
|--|---------------|---------------|
| Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL") | - | 11 |
| Imposto de renda retido na fonte ("IRRF") | 4.110 | 6.559 |
| Contribuição social retida na fonte ("CSLL") | 21 | 570 |
| Crédito não cumulativo ("PIS") | 1.370 | 2.094 |
| Crédito não cumulativo ("COFINS") | 5.392 | 9.482 |
| Imposto sobre serviços ("ISS") | 521 | 948 |
| Outros | 266 | 268 |
| | 11.680 | 19.932 |

9 Tributos sobre o lucro

a. Impostos de renda diferido ativos e passivos

Em 31 de dezembro de 2020, os impostos diferidos totalizaram saldos passivos de R\$ 133.254 (R\$ 23.423 em 31 de dezembro de 2019).

| | 2020 | 2019 |
|---|---------------|---------------|
| Impostos diferidos | | |
| Prejuízos fiscais | 7.215 | 16.825 |
| Base negativa de contribuição social | 2.597 | 6.057 |
| Diferenças temporárias: | | |
| Provisão para participação nos resultados | 364 | 327 |
| Perdas de créditos esperadas | 8 | 4 |
| Variação cambial – regime de caixa | 25.867 | 4.916 |
| Arrendamentos – CPC 06(R2) /IFRS 16 | 66 | 64 |
| Provisão | 1.907 | - |
| Perda com renda variável | 7.335 | - |
| Outros | 272 | 267 |
| Total dos ativos fiscais diferidos | 45.631 | 28.460 |

| | 2020 | 2019 |
|--|-------------------------|------------------------|
| Efeito da moeda funcional sobre os ativos não monetários (a) | <u>(178.885)</u> | <u>(51.883)</u> |
| Total dos passivos fiscais diferidos | <u>(178.885)</u> | <u>(51.883)</u> |
| Total dos impostos passivos diferidos, líquidos | <u>(133.254)</u> | <u>(23.423)</u> |

- (a) De acordo com o CPC 32/IAS 12, diferenças temporárias surgem quando as alterações nas taxas de câmbio causam alterações na base fiscal e não na base contábil. Esta situação geralmente ocorre quando uma entidade tem uma moeda funcional diferente da moeda do país em que está domiciliada. Conforme descrito na Nota 2.d, a moeda funcional da Companhia é o dólar norte-americano, que é diferente da moeda corrente da localidade onde a Açu Petróleo está estabelecida, que é o real.

b. As variações dos tributos diferidos são as seguintes

| | |
|---|-------------------------|
| Balanco em 31 de dezembro 2018 | <u>(11.071)</u> |
| Utilização do prejuízo fiscal | (2.497) |
| Diferenças temporárias decorrentes de ativos e passivos | 5.201 |
| Efeito da moeda funcional sobre ativos não monetários | <u>(13.402)</u> |
| Efeitos do diferido no resultado | <u>(10.698)</u> |
| Resultado financeiro - variação cambial | (959) |
| Outros resultados abrangentes – ajuste de conversão | <u>(695)</u> |
| Balanco em 31 de dezembro 2019 | <u>(23.423)</u> |
| Utilização do prejuízo fiscal | (13.004) |
| Diferenças temporárias decorrentes de ativos e passivos | 30.008 |
| Efeito da moeda funcional sobre ativos não monetários | <u>(110.987)</u> |
| Efeitos do diferido no resultado | <u>(93.983)</u> |
| Resultado financeiro - variação cambial | (8.300) |
| Outros resultados abrangentes – ajuste de conversão | <u>(7.548)</u> |
| Balanco em 31 de dezembro 2020 | <u>(133.254)</u> |

c. Reconciliação do imposto de renda – demonstração do resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

| | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
|---|-------------------------|------------------------|
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | <u>48.964</u> | <u>2.075</u> |
| Imposto de renda e contribuição a alíquota nominal | (16.648) | (706) |
| Ajustes para derivar a alíquota efetiva: | | |
| Ajustes permanentes à base tributável | 3.549 | (1.563) |
| Efeito da moeda funcional sobre o imobilizado | (106.622) | (12.671) |
| Efeito da moeda funcional sobre o intangível | (4.534) | (675) |
| Diferenças entre base de apresentação e fiscal* | (4.239) | (986) |
| Demais adições e exclusões | <u>4.040</u> | <u>(90)</u> |
| Total do imposto de renda e contribuição social do exercício | <u>(124.454)</u> | <u>(16.691)</u> |
| Alíquota efetiva | <u>-254%</u> | <u>-804%</u> |
| IR e CSLL corrente | (30.470) | (5.993) |
| IR e CSLL diferido | <u>(93.984)</u> | <u>(10.698)</u> |
| Total do imposto de renda e contribuição social do exercício | <u>(124.454)</u> | <u>(16.691)</u> |

(*) Impostos diferidos ativos e passivos são atualizados pela taxa atual de cada período de relatório. Por sua vez, os itens em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado à taxa de câmbio média, gerando outras diferenças fiscais entre a base tributária e a moeda funcional da Empresa.

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia, como segue:

Valores a pagar

| Contas a pagar com partes relacionadas | 2020 | 2019 |
|--|----------------------|----------------------|
| Oiltanking Açu Serviços Ltda (a) | 9.404 | 8.476 |
| Oiltanking Terminais Ltda (b) | 132 | - |
| Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (c) | 2.861 | 4.781 |
| Porto do Açu Operações S.A. (d) | 47 | 280 |
| Prumo Logística S.A. (e) | <u>461</u> | <u>697</u> |
| | <u>12.905</u> | <u>14.234</u> |

- (a) Controlada do acionista minoritário da Companhia - o montante refere-se a gastos com operação e manutenção do terminal.
- (b) Reembolso de custos referente a despesas com a diretoria de operações.
- (c) Entidade controlada em conjunto do acionista controlador da Companhia - O montante refere-se a despesas com segurança Patrimonial e SSO (Segurança e Saúde Ocupacional), e reembolso da tarifa portuária.
- (d) Entidade controlada pelo acionista controlador da Companhia - o montante refere-se a reembolso de custos de serviços compartilhados.

- (e) Acionista controlador - o montante refere-se a reembolso de custos de serviços compartilhados.

Efeito no resultado

| | Despesas e Custos | |
|--|--------------------------|---------------|
| | 2020 | 2019 |
| Ferroport Logística Comercial Exportadora S.A. (a) | 25.582 | 38.105 |
| Oiltanking Serviços Ltda.(b) | 29.632 | 22.787 |
| Oiltanking Terminais Ltda. (c) | 889 | - |
| Prumo Logística S.A. (d) | 1.251 | 403 |
| Porto do Açu Operações S.A. (d) | 460 | 197 |
| | 57.814 | 61.492 |

- (a) O montante refere-se a reembolso de despesas com segurança Patrimonial e SSO (Segurança e Saúde Ocupacional).
- (b) O montante refere-se a reembolso com gastos com operação e manutenção do terminal.
- (c) O montante refere-se a reembolso com gastos com a diretoria de operações.
- (d) O montante refere-se a reembolso de custos de serviços compartilhados.

A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devem monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho de Administração e dos sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

| | 2020 | 2019 |
|-----------------------|--------------|--------------|
| Diretores | | |
| Pró-labore/Salários | 3.488 | 2.649 |
| Bônus | 3.621 | 3.362 |
| Benefícios e encargos | 1.617 | 569 |
| | 8.726 | 6.580 |

Contrato de Alocação de Ativos

O Contrato de Alocação de Ativos, originalmente datado de 15 de julho de 2011, aditado e atualizado periodicamente pela Anglo Brazil, pela Açu Petróleo e pelo Operador Portuário (Ferroport) e por outras partes, prevê a transferência de titularidade e propriedade do Operador Portuário para a Anglo Brazil de certos ativos, incluindo materiais e equipamentos, e, enquanto o ativo pertencer a Anglo Brazil, a Companhia concederá ao Operador Portuário o direito de operar e manter os ativos. Além disso, o Contrato de Alocação de Ativos rege a propriedade das Instalações Compartilhadas (cavalete de acesso, píer de minério de ferro, quebra-mar, canal de acesso, bacia de torneamento e área de atracação), que são de propriedade conjunta (condomínio para o indiviso) do Açu Petróleo, Operador Portuário e Anglo Brasil devido aos acordos de financiamento estabelecidos no contrato.

A Companhia poderá movimentar, nas instalações portuárias, cargas que estejam previstas em sua autorização obtida perante ANTAQ - Agência Nacional de Transportes Aquaviários, excluído o minério de ferro. Em contraprestação ao direito de acesso e utilização das instalações portuárias, como canal de acesso e quebra-mar, a Companhia deverá pagar à Ferroport uma tarifa mensal.

Pagamento baseado em ações da controladora

Com o fechamento do capital em 2018 da Prumo Logística S.A., acionista controladora da Companhia, o plano de pagamento baseado em ações foi substituído no segundo trimestre de 2019, oferecendo os direitos de valorização de ações, com liquidação em caixa, devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Prumo. Para a Companhia, o plano mencionado é aplicável apenas a um executivo da Companhia. Neste plano de remuneração com base em ações liquidáveis em caixa (“*Phantom Options*”) para retenção dos executivos, pagável em caso de ocorrência de evento de liquidez, a Companhia recebe os serviços como contraprestações dos direitos outorgados. As condições de aquisição dos direitos de valorização de ações incluem o transcurso de um período de 5 anos para atingir 100% dos direitos e em 31 de dezembro de 2020 havia apenas 36% do *vesting* (em 31 de dezembro de 2019, 20% de *vesting*). Não houve exercício dos direitos durante o período.

A Companhia levou em consideração os termos e condições do plano, que exigem retornos esperados em caixa, para calcular o valor justo desses direitos e concluiu que não há efeitos relevantes a serem registrados nas suas demonstrações financeiras.

11 Imobilizado

A composição do imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

| | Taxa anual de depreciação ponderada % | Custo | Depreciação acumulada | Líquido 31/12/2020 | Líquido 31/12/2019 |
|---|---|------------------|--------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Quebra Mar - T1 | 1,67 | 542.388 | (46.932) | 495.456 | 392.633 |
| Pier - T1 | 1,67 | 280.502 | (27.617) | 252.885 | 202.916 |
| Canal - T1 | 6,67 | 744.963 | (130.164) | 614.799 | 518.391 |
| Benfeitorias | 4 | 1.195 | (248) | 947 | 903 |
| Instalações | 10 | 4.918 | (447) | 4.471 | 516 |
| Móveis e utensílios | 10 | 1.248 | (288) | 960 | 730 |
| Equipamentos de informática | 20 | 5.757 | (4.781) | 976 | 1.556 |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 297.720 | (140.409) | 157.311 | 160.041 |
| Terrenos | | 120.413 | - | 120.413 | 93.429 |
| | | <u>1.999.104</u> | <u>(350.886)</u> | <u>1.648.218</u> | <u>1.371.115</u> |
| Adiantamentos para formação de imobilizado | | 1.399 | - | 1.399 | 633 |
| Obras em andamento e equipamentos em construção | | 60.165 | - | 60.165 | 28.392 |
| | | <u>61.564</u> | <u>-</u> | <u>61.564</u> | <u>29.025</u> |
| | | <u>2.060.668</u> | <u>(350.886)</u> | <u>1709.782</u> | <u>1.400.140</u> |

| | Taxa anual de depreciação ponderada % | Custo | Depreciação acumulada | Líquido 31/12/2019 | Líquido 31/12/2018 |
|---|---------------------------------------|------------------|-----------------------|--------------------|--------------------|
| Quebra Mar - T1 | 1,67 | 420.682 | (28.049) | 392.633 | 385.486 |
| Pfêr - T1 | 1,67 | 219.474 | (16.558) | 202.916 | 199.783 |
| Canal - T1 | 6,67 | 584.586 | (66.195) | 518.391 | 531.245 |
| Benfeitorias | 4 | 923 | (20) | 903 | 364 |
| Instalações | 10 | 762 | (246) | 516 | 581 |
| Móveis e utensílios | 10 | 883 | (153) | 730 | 678 |
| Equipamentos de informática | 20 | 4.325 | (2.769) | 1.556 | 2.263 |
| Máquinas e equipamentos | 10 | 244.125 | (84.084) | 160.041 | 176.873 |
| Terrenos | | 93.429 | - | 93.429 | 89.818 |
| | | 1.569.189 | (198.074) | 1.371.115 | 1.387.091 |
| Adiantamentos para formação de imobilizado | | 633 | - | 633 | 2.081 |
| Obras em andamento e equipamentos em construção | | 28.392 | - | 28.392 | 14.185 |
| | | 29.025 | - | 29.025 | 2.081 |
| | | 1.598.214 | (198.074) | 1.400.140 | 1.403.357 |

Todos os ativos imobilizados da Companhia estão localizados no Brasil.

Movimentação de custo

| | 2019 | Movimentação | | | | 2020 |
|---|------------------|---------------|----------|-----------------|-----------------|------------------|
| | | Custo | Adições | Baixa | Transferências* | |
| Quebra Mar - T1 | 420.682 | - | - | (1) | 121.707 | 542.388 |
| Pfêr - Terminal portuário - T1 | 219.474 | - | - | (1.544) | 62.572 | 280.502 |
| Canal T1 | 584.586 | - | - | (5.474) | 165.851 | 744.963 |
| Benfeitoria | 923 | 4 | - | - | 268 | 1.195 |
| Instalações | 762 | 24 | - | 3.926 | 206 | 4.918 |
| Móveis e utensílios | 883 | 105 | - | - | 260 | 1.248 |
| Equipamentos de informática | 4.325 | 185 | - | (2) | 1.249 | 5.757 |
| Máquinas e equipamentos | 244.125 | 760 | - | (12.906) | 65.741 | 297.720 |
| Terrenos | 93.429 | - | - | - | 26.984 | 120.413 |
| | 1.569.189 | 1.078 | - | (16.001) | 444.838 | 1.999.104 |
| Adiantamentos para formação de imobilizado | 633 | 511 | - | - | 255 | 1.399 |
| Obras em andamento e equipamentos em construção | 28.392 | 29.389 | - | (4.456) | 6.840 | 60.165 |
| | 29.025 | 29.900 | - | (4.456) | 7.095 | 61.564 |
| | 1.598.214 | 30.977 | - | (20.457) | 451.934 | 2.060.668 |

(*) O total de R\$ 20.457 refere-se a crédito de PIS/COFINS.

| | 2018 | Movimentação | | | | 2019 |
|---|------------------|---------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| | | Custo | Adições | Baixa | Transferências | |
| Quebra Mar - T1 | 404.410 | - | - | - | 16.272 | 420.682 |
| Pfêr - Terminal portuário - T1 | 210.985 | - | - | - | 8.489 | 219.474 |
| Canal T1 | 560.890 | - | - | 1.101 | 22.595 | 584.586 |
| Benfeitoria | 496 | 844 | (424) | - | 7 | 923 |
| Instalações | 732 | - | - | - | 30 | 762 |
| Móveis e utensílios | 771 | 251 | - | - | (139) | 883 |
| Equipamentos de informática | 4.018 | 143 | - | 4 | 160 | 4.325 |
| Máquinas e equipamentos | 231.277 | 3.384 | (585) | 810 | 9.239 | 244.125 |
| Terrenos | 89.818 | - | - | - | 3.611 | 93.429 |
| | 1.503.397 | 4.622 | (1.009) | 1.915 | 60.264 | 1.569.189 |
| Adiantamentos para formação de imobilizado | 2.081 | - | (1.727) | 800 | (521) | 633 |
| Obras em andamento e equipamentos em construção | 14.185 | 15.500 | - | (2.715) | 1.422 | 28.392 |
| | 16.266 | 15.500 | (1.727) | (1.915) | 901 | 29.025 |
| | 1.519.663 | 20.122 | (2.736) | - | 61.165 | 1.598.214 |

Movimentação da depreciação acumulada

| | Depreciação 31/12/2019 | Adições | Baixas | Transferências | Ajuste de conversão | Depreciação 31/12/2020 |
|--------------------------------|---------------------------|-----------------|----------|----------------|------------------------|---------------------------|
| Quebra Mar - T1 | (28.049) | (6.835) | - | - | (12.048) | (46.932) |
| Pier - Terminal portuário - T1 | (16.558) | (3.979) | - | - | (7.080) | (27.617) |
| Canal - T1 | (66.195) | (28.442) | - | - | (35.527) | (130.164) |
| Benfeitorias | (20) | (169) | - | - | (59) | (248) |
| Instalações | (246) | (89) | - | - | (112) | (447) |
| Móveis e utensílios | (153) | (66) | - | - | (69) | (288) |
| Equipamentos de informática | (2.769) | (777) | - | - | (1.235) | (4.781) |
| Máquinas e equipamentos | (84.084) | (19.838) | - | - | (36.487) | (140.409) |
| | (198.074) | (60.195) | - | - | (92.617) | (350.886) |

| | Depreciação 31/12/2018 | Adições | Baixas | Transferências | Ajuste de conversão | Depreciação 31/12/2019 |
|--------------------------------|---------------------------|-----------------|------------|----------------|------------------------|---------------------------|
| Quebra Mar - T1 | (18.924) | (6.835) | - | - | (2.290) | (28.049) |
| Pier - Terminal portuário - T1 | (11.202) | (4.007) | - | - | (1.349) | (16.558) |
| Canal - T1 | (29.645) | (28.899) | - | - | (7.651) | (66.195) |
| Benfeitorias | (132) | (165) | 300 | - | (23) | (20) |
| Instalações | (151) | (72) | - | - | (23) | (246) |
| Móveis e utensílios | (93) | (49) | - | - | (11) | (153) |
| Equipamentos de informática | (1.755) | (776) | - | - | (238) | (2.769) |
| Máquinas e equipamentos | (54.404) | (9.628) | 187 | 211 | (20.450) | (84.084) |
| | (116.306) | (50.431) | 487 | 211 | (32.035) | (198.074) |

Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo para redução de valor recuperável do ativo imobilizado.

12 Intangível

| | Taxa anual de amortização (%) | Saldo 31/12/2019 | Adições | Baixas | Amortização | Ajuste de conversão | Saldo 31/12/2020 |
|--------------------------|--|---------------------|------------|----------|----------------|------------------------|---------------------|
| Custo | | | | | | | |
| Direito de acesso | 3,54 | 58.295 | 496 | - | - | 16.826 | 75.617 |
| Licença de software | 20 | 1.447 | 56 | - | - | 434 | 1.937 |
| Marcas e patentes | | 44 | - | - | - | 14 | 58 |
| | | 59.786 | 552 | - | - | 17.274 | 77.612 |
| Amortização acumulada | | | | | | | |
| Direito de acesso | | (8.210) | - | - | (2.556) | (2.935) | (13.701) |
| Licença de software | | (287) | - | - | (73) | (120) | (480) |
| | | (8.497) | - | - | (2.629) | (3.055) | (14.181) |
| | | 51.289 | 552 | - | (2.629) | 14.219 | 63.431 |

| Custo | Taxa anual de amortização (%) | Saldo | Adições | Baixas | Transferências | Amortização | Ajuste de conversão | Saldo |
|--------------------------|--|----------------|------------|--------|----------------|----------------|------------------------|----------------|
| | | 31/12/2018 | | | | | | 31/12/2019 |
| Direito de acesso | 3,54 | 56.040 | - | - | - | - | 2.255 | 58.295 |
| Licença de software | 20 | 1.267 | 129 | - | - | - | 51 | 1.447 |
| Marcas e patentes | | 44 | - | - | - | - | - | 44 |
| | | 57.350 | 129 | - | - | - | 2.307 | 59.786 |
| Amortização acumulada | | (5.921) | - | - | - | (2.052) | (237) | (8.210) |
| Direito de acesso | | (193) | - | - | - | (85) | (9) | (287) |
| Licença de software | | (6.114) | - | - | - | (2.137) | (246) | (8.497) |
| | | 51.236 | 129 | - | - | (2.137) | 2.061 | 51.289 |

Direito de acesso

O ativo intangível que compreende o “direito de acesso”, conforme mencionado na Nota 3.c, possui vida útil definida de 27 anos e é mensurado ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A amortização desse intangível teve início em outubro de 2014 com a operação do terminal T1. Em 17 de setembro de 2015, o contrato foi aditado passando o direito de acesso da Porto do Açu à Açu Petróleo.

Redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) / IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia verifica anualmente se há potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo para redução de valor recuperável do intangível.

13 Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores de R\$ 36.644 (R\$ 11.382 em 31 de dezembro de 2019) representa as obrigações da Companhia decorrentes das compras de produtos e serviços necessários para o desenvolvimento das atividades da Companhia. Deste modo, esta rubrica contém as obrigações provenientes de serviços, materiais, serviços de dragagem e equipamentos operacionais e administrativos.

14 Empréstimos e financiamentos

| | 2020 | | | | 2019 | |
|------------------------|------------|--------------------|------------------|-------------------------------------|------------------|----------------|
| | Vencimento | Moeda e taxas | Principal | Juros e atualização monetária | Total | Total |
| DFC | 30/10/2035 | Dólar + 6,17% a.a. | 343.431 | 3.532 | 346.963 | 290.273 |
| DFC | 30/10/2035 | Dólar + 6,46% a.a. | 152.272 | 1.639 | 153.911 | 129.432 |
| DFC | 30/10/2035 | Dólar + 4,62% a.a. | 727.148 | 5.599 | 732.747 | - |
| (-) Custo de transação | | | (30.131) | - | (30.131) | (29.979) |
| | | | 1.192.720 | 10.770 | 1.203.490 | 389.726 |
| Circulante | | | - | - | 54.913 | 35.217 |
| Não circulante | | | - | - | 1.148.577 | 354.509 |

Em maio de 2017, a Açu Petróleo obteve financiamento no valor de US\$80 milhões junto à U.S. International Development Finance Corporation (DFC), agência financeira norte americana de desenvolvimento. Em maio de 2018, a Companhia obteve mais US\$35 milhões de financiamento (equivalente a R\$ 130 milhões), e em junho de 2020, a Companhia obteve mais US\$145 milhões de financiamento, totalizando US\$260 milhões de liberação, de uma linha de crédito no valor total de até US\$350 milhões, conforme descrito na Nota 1.

O financiamento vencerá em outubro de 2035, com taxa de juros de 6,17% ao ano para o primeiro tranche (US\$80 milhões), 6,46% ao ano para o segundo tranche (US\$35 milhões) e 4,62% ao ano para o terceiro tranche (US\$145 milhões), conforme evidenciado na tabela anterior. A dívida é em dólar e possui um cronograma de amortização do principal e de pagamento de juros em parcelas semestrais.

Adicionalmente, a administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos, sobre empréstimos e financiamentos é nos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsicamente ligado à obtenção de recursos com o objetivo de equilibrar a estrutura de capital da Companhia.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Empréstimos e financiamentos

| Movimentação do ano | Saldo inicial | Fluxo de caixa | | | Efeito não caixa | | | | | Saldo final |
|---------------------|---------------|-------------------------|-------------|-------------------------------|------------------|------------------|---------------------|---------|------------------------------------|-------------|
| | | Captação / (Liquidação) | Juros pagos | Adição de custos de transação | Juros | Variação cambial | Ajuste de conversão | Outros | Amortização de custos de transação | |
| 2020 | 389.726 | 682.175 | (44.648) | (2.252) | 49.793 | 8.595 | 117.987 | (1.581) | 3.695 | 1.203.490 |
| 2019 | 399.170 | (27.788) | (26.760) | - | 26.469 | 1.208 | 15.530 | - | 1.897 | 389.726 |

Depósitos vinculados a financiamentos

| Movimentação do ano | Saldo inicial | Fluxo de caixa | Efeito não caixa | Saldo final |
|---------------------|---------------|----------------|---------------------|-------------|
| | | Aporte | Ajuste de conversão | |
| 2020 | 46.616 | 40.386 | 13.790 | 100.797 |
| 2019 | 43.211 | 1.631 | 1.774 | 46.616 |

Garantias prestadas

As garantias prestadas em favor da U.S. International Development Finance Corporation (DFC), com relação ao empréstimo são: (i) Alienação Fiduciária das Ações da Açu Petróleo; (ii) Alienação Fiduciária dos Ativos pertencentes à Açu Petróleo; (iii) Alienação Fiduciária das contas reservas e (iv) Alienação Fiduciária dos contratos de “*Offtake*” relevantes da Açu Petróleo. Maiores informações sobre os depósitos vinculados ao empréstimos, podem ser observados na nota explicativa N° 6.

Cláusulas restritivas (Covenants)

O financiamento da DFC está sujeito a cláusulas de *covenants* financeiros a partir de 31 de dezembro de 2019, sendo elas:

- (a) A relação dívida financeira/patrimônio líquido não superior à 70:30;
- (b) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (Debit Service Cover Ratio - DSCR) histórico não inferior a 1.15. O DSCR é um indicador de saúde financeira utilizado na companhia para monitorar a capacidade de pagamento de dívidas, e é calculado pela divisão entre a geração de caixa operacional líquida de impostos, ou seja, pelo resultado operacional líquido em face ao total de parcelas a serem amortizadas (total de dívidas correntes); e
- (c) Taxa projetada de cobertura do serviço da dívida de pelo menos 1,3 a 1 para (a) desembolso das parcelas 1 e 2, (b) quaisquer reduções de capital, (c) distribuição de dividendos e (d) pagamentos aos acionistas; e um requisito de reserva relacionado às contas de reserva de serviço da dívida e à conta de reserva de tarifa portuária.

15 Impostos e contribuições a recolher

| | 2020 | 2019 |
|--|---------------------|---------------------|
| ISS | 515 | 768 |
| PIS/COFINS/CSLL – Retenção | 238 | 130 |
| PIS/COFINS | 819 | - |
| IPTU | - | 787 |
| Outros | 41 | 416 |
| Total dos impostos a recolher - circulante | <u>1.613</u> | <u>1.934</u> |
| IRPJ/CSLL | 150 | 679 |
| Total do imposto de renda e contribuição social a recolher - circulante | <u>150</u> | <u>679</u> |

16 Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões devem ser feitas para todos os processos judiciais e administrativos para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

a. Provisão para contingências

As provisões para perdas decorrentes de processos judiciais são estimadas e atualizadas pela Companhia, com base em análises dos consultores jurídicos da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui nenhum processo envolvendo risco provável.

b. Passivos contingentes

A Companhia possui passivos contingentes cujos processos são debatidos tanto na esfera administrativa quanto na judicial e cuja expectativa de perda é classificada como possível e para os quais o reconhecimento de provisão não é considerado necessário pela Companhia. Com base nos pareceres jurídicos, a apresentação dos processos classificados com perda esperada como possível são apresentados a seguir:

| | 2020 | 2019 |
|------------------------|--------------|--------------|
| Processos tributários | 1.780 | 1.709 |
| Processos trabalhistas | 61 | - |
| Total | 1.841 | 1.709 |

- I. Processos tributários - Os passivos contingentes tributários mais relevantes estão associados aos processos relativos à cobrança de IRRF e a compensação de Imposto de Renda e homologação da Declaração de Compensação (DCOMP) do imposto de renda retido na fonte.
- II. Processos trabalhistas - Representa reclamações individuais de empregados de prestadores de serviços, envolvendo, principalmente, demandas de indenização adicional por horas extras.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

| | 31/12/2020 | | 31/12/2019 | |
|----------------------------|--------------------------------|---------------|--------------------------------|---------------|
| | Quantidade de ações ordinárias | % | Quantidade de ações ordinárias | % |
| Acionistas | | | | |
| Prumo Logística | 268.225.386 | 60,00 | 160.225.386 | 60,00 |
| Açu Petróleo Investimentos | 89.408.462 | 20,00 | 53.408.462 | 20,00 |
| Oiltanking | 89.408.462 | 20,00 | 53.408.462 | 20,00 |
| | 447.042.310 | 100,00 | 267.042.310 | 100,00 |

Em 8 de maio de 2020, os acionistas da Companhia aumentaram o capital social no valor de R\$ 900.000, com utilização de saldo da reserva de capital, com emissão de novas ações e mantendo-se inalterado o percentual de participação de cada acionista no capital social da Companhia.

Em 30 de julho de 2020, nossos acionistas decidiram ajustar a estrutura de capital da Companhia e aprovaram uma redução de capital no valor de R\$ 511.000, reduzindo o capital social da Companhia de R\$ 1.099.262 em 30 de junho de 2020, para R\$588.262 em 31 de dezembro de 2020 (R\$199.262 em 31 de dezembro de 2019). O objetivo das operações mencionadas anteriormente era ajustar a estrutura de capital da Companhia para uma estrutura mais adequada e em linha com os objetivos dos acionistas.

b. Reserva de capital

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a reserva de capital compõe-se de reserva de ágio na subscrição de ações. Mediante a deliberação da assembleia de acionistas, os valores podem ser destinados ao aumento de capital social, podendo eventualmente ter outra destinação como compensação de prejuízo ou mesmo distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2020, a reserva de capital é de R\$ 29.451 (R\$ 929.451 em 31 de dezembro de 2019).

c. Reserva legal

A reserva legal é instituída pela Lei das Sociedades Anônimas e constituída anualmente. Este recurso tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social da companhia e somente pode ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento de capital.

d. Distribuição de dividendos

O atual Estatuto Social da Companhia aprovado conforme ata da AGE que deliberou sua reforma e consolidação, datada de 20 de outubro de 2020, e prevê a destinação do lucro líquido do exercício que remanescer, após as seguintes deduções ou acréscimos, realizadas decrescentemente (i) 5% para a formação da Reserva Legal, podendo ser dispensada caso seu saldo (a) exceda 20% do Capital Social; ou (b) acrescido o montante das reservas de capital, exceda 30% do Capital Social; (ii) até 70% será destinado à reserva especial para arcar com as despesas de capital (capital expenditure) e custos relacionadas (Operational Expenditure, ou seja, de manutenção para as despesas de capital expenditure), (ii) até a quantia equivalente em Reais a US\$ 3 milhões, necessária ao pagamento dos custos operacionais (de acordo com as naturezas da nota 19) da Companhia e SG&A (despesas de acordo com as naturezas da nota 20), será destinada a reserva de capital mínimo, e (iv) caso existente, 100% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Além do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia possui restrições à distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social, as quais são disposições transitórias e permanecerão vigentes até o cumprimento integral das obrigações previstas no Contrato de Financiamento celebrado entre a Companhia e a Overseas Private Investment Corporation (“OPIC”), em 26 de novembro de 2016, o qual foi posteriormente cedido para a US. International Development Finance Corporation (“DFC”).

De acordo com o Contrato de Financiamento os pagamentos a acionistas somente poderão ocorrer (i) por meio dos recursos disponíveis em uma conta vinculada (“Distribution Account”), que é a última em ordem de prioridade de 7 contas de depósito das receitas da Companhia; ou (ii) quando for (a) antes da finalização dos projetos financiados pelo referido Contrato de Financiamento, somente para o caso de reembolso de investimento de capital dos Acionistas Principais, cumulado a outros requisitos, ou (b) depois da finalização dos projetos financiados pelo referido Contrato de Financiamento, somente após realizado o pagamento de determinada quantidade de parcelas do valor principal, cumulado a outros requisitos.

e. Ajuste acumulado de conversão

O montante de ajuste acumulado de conversão refere-se às variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (dólar americano) para a moeda de apresentação (real).

Como os itens do ativo e do passivo são convertidos pela mesma taxa, a taxa corrente, e os itens do patrimônio líquido são inicialmente convertidos por outras taxas (históricas), diferentes da taxa corrente; surgem diferenças resultantes destes dois critérios, que são representadas em conta específica no patrimônio líquido, denominada Ajuste Acumulado de Conversão, que compõe os Outros Resultados Abrangentes.

18 Receita líquida de serviços

Os principais contratos da Companhia estão relacionados aos serviços de *double banking transshipment*. Todos os clientes da Companhia são nacionais.

| | 2020 | 2019 |
|--|-----------------------|-----------------------|
| Receita de serviços de <i>double banking transshipment</i> | 449.298 | 266.771 |
| Receita de serviço de monitoramento de embarcação | 739 | - |
| Impostos sobre serviços prestados (PIS/COFINS/ISS) | <u>(50.616)</u> | <u>(30.248)</u> |
| Receita líquida | <u>399.421</u> | <u>236.523</u> |

19 Custos dos serviços prestados

| | 2020 | 2019 |
|----------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Custo de pessoal | (1.520) | (1.330) |
| Serviços de terceiros | (6.849) | (6.440) |
| Vigilância e segurança | (832) | (1.618) |
| Aluguéis e arrendamentos | (1.622) | (1.220) |
| Depreciações e amortização | (96.464) | (76.944) |
| Seguros diversos | (3.942) | (2.676) |
| Serviços portuários | (106.822) | (79.889) |
| Tributos e taxas | (1.077) | (1.448) |
| Materiais de apoio | <u>(623)</u> | <u>(182)</u> |
| | <u>(219.751)</u> | <u>(171.747)</u> |

20 Despesas gerais e administrativas

| | 2020 | 2019 |
|---------------------------|------------------------|------------------------|
| Salários e encargos | (15.195) | (13.752) |
| Serviços de terceiros | (2.704) | (2.762) |
| Aluguéis e arrendamentos | (254) | (556) |
| Representações e eventos | (73) | (91) |
| Materiais de consumo | (43) | (63) |
| Viagens e estadias | (80) | (213) |
| Licença de software | (388) | (304) |
| Depreciação e amortização | (1.544) | (738) |
| Impostos e taxas | (61) | (31) |
| Outras despesas | (659) | (580) |
| Custos compartilhados | <u>(2.207)</u> | <u>(2.715)</u> |
| | <u>(23.208)</u> | <u>(21.805)</u> |

21 Resultado financeiro

| | 2020 | 2019 |
|--|------------------|-----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimentos de aplicações financeiras | 156 | 2.660 |
| Juros ativos | 687 | 852 |
| Multas e juros | - | 1.638 |
| Variação cambial | - | 23 |
| | <u>843</u> | <u>5.173</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Juros sobre empréstimo | (51.259) | (26.469) |
| Despesas bancárias | (242) | (245) |
| IOF | (554) | (359) |
| Multa e juros | (66) | (35) |
| Comissões e corretagens | (300) | (5.693) |
| Custos sobre empréstimos | (9.473) | (5.455) |
| Perdas em investimento de renda variável | (13.077) | (2.557) |
| Outros | (133) | (63) |
| Variação cambial | (33.062) | (5.609) |
| | <u>(108.166)</u> | <u>(46.485)</u> |
| Resultado financeiro líquido | <u>(107.323)</u> | <u>(41.312)</u> |

22 Resultado por ação

O cálculo do resultado por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. O resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico pela inexistência de efeitos potencialmente dilutivos nos períodos apresentados.

| | 2020 | 2019 |
|--|--------------------|--------------------|
| Prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias | (75.490) | (14.616) |
| Média ponderada de ações ordinárias em circulação no exercício | <u>447.042.310</u> | <u>267.042.310</u> |
| Resultado por ação – básico e diluído (em R\$) | <u>(0,1689)</u> | <u>(0,0547)</u> |

23 Compromissos assumidos

A Companhia assumiu compromissos de compras futuras no valor de R\$99.384 (R\$131.512 em 31 de dezembro de 2019), que deverão ser cumpridos na continuidade das atividades da Companhia. Os compromissos estão segregados por moeda de acordo com a tabela a seguir:

Compromissos 2020:

| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | Após 2026 | Total |
|----------------|----------------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|
| Reais | | | | | | | |
| Administrativo | 7.719 | 1.667 | 434 | 318 | 165 | 1.814 | 12.117 |
| Jurídico | 36 | - | - | - | - | - | 36 |
| Operacional | <u>47.703</u> | <u>11.975</u> | <u>5.332</u> | <u>5.206</u> | <u>5.195</u> | <u>3.009</u> | <u>78.420</u> |
| | <u>55.458</u> | <u>13.642</u> | <u>5.766</u> | <u>5.524</u> | <u>5.360</u> | <u>4.823</u> | <u>90.573</u> |
| | | | | | | | |
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | Após 2026 | Total |
| Dólar | | | | | | | |
| Administrativo | 448 | 212 | 212 | 212 | 212 | 2.128 | 3.424 |
| Comercial | 11 | 11 | 11 | 11 | 11 | 123 | 178 |
| Euro | | | | | | | |
| Administrativo | 798 | - | - | - | - | - | 798 |
| Operacional | <u>4.411</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>4.411</u> |
| | <u>5.668</u> | <u>223</u> | <u>223</u> | <u>223</u> | <u>223</u> | <u>2.251</u> | <u>8.811</u> |
| Total | <u>61.126</u> | <u>13.865</u> | <u>5.989</u> | <u>5.747</u> | <u>5.583</u> | <u>7.074</u> | <u>99.384</u> |

Compromissos 2019:

| | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Após 2025 | Total |
|-----------------|----------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------|-----------------------|
| Reais | | | | | | | |
| Administrativo | 8.434 | 4.694 | 564 | 155 | 155 | 1.864 | 15.866 |
| Comercial | 492 | - | - | - | - | - | 492 |
| Jurídico | 30 | 17 | - | - | - | - | 47 |
| Operacional (a) | <u>74.493</u> | <u>4.964</u> | <u>2.533</u> | <u>1.648</u> | <u>1.648</u> | <u>26.205</u> | <u>111.491</u> |
| | <u>83.449</u> | <u>9.675</u> | <u>3.097</u> | <u>1.803</u> | <u>1.803</u> | <u>28.069</u> | <u>127.896</u> |
| | | | | | | | |
| | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | Após 2025 | Total |
| Dólar | | | | | | | |
| Administrativo | 313 | 155 | 155 | 155 | 155 | 1.701 | 2.634 |
| Comercial | 284 | 9 | 9 | 9 | 9 | 95 | 415 |
| Euro | | | | | | | |
| Administrativo | <u>567</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>567</u> |
| | <u>1.164</u> | <u>164</u> | <u>164</u> | <u>164</u> | <u>164</u> | <u>1.796</u> | <u>3.616</u> |
| Total | <u>84.613</u> | <u>9.839</u> | <u>3.261</u> | <u>1.967</u> | <u>1.967</u> | <u>29.865</u> | <u>131.512</u> |

(a) Dos contratos operacionais, R\$ 62.704 representam compromissos assumidos com a parte relacionada "Ferroport".

De acordo com os requerimentos de divulgação do IAS 16/CPC 27 - Ativo imobilizado, destaca-se na tabela abaixo os valores de compromissos assumidos referentes a ativos imobilizados:

| | 2021 | 2022 | | | Total | |
|----------------|---------------------|-------------------|------------------|------------------|---------------------|---------------------|
| Reais | | | | | | |
| Administrativo | 4.086 | 956 | | | 5.042 | |
| Operacional | <u>1.479</u> | <u>-</u> | | | <u>1.479</u> | |
| | <u>5.565</u> | <u>956</u> | | | <u>6.521</u> | |
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025+ | Total |
| Dólar | | | | | | |
| Comercial | <u>11</u> | <u>11</u> | <u>11</u> | <u>11</u> | <u>123</u> | <u>167</u> |
| | <u>11</u> | <u>11</u> | <u>11</u> | <u>11</u> | <u>123</u> | <u>167</u> |
| | | | | | 2021 | Total |
| Euro | | | | | | |
| Administrativo | | | | | 798 | 399 |
| Operacional | | | | | <u>4.411</u> | <u>4.411</u> |
| | | | | | <u>4.810</u> | <u>4.810</u> |

Ressalta-se que a tabela de compromissos assumidos já contempla os valores de compromissos assumidos de imobilizado apresentados acima.

24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento periódico das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio.

Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retorno sobre capital no planejamento plurianual.

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e as respectivas classificações dos instrumentos financeiros:

| | 2020 | | | 2019 | | |
|--|------------------|---|-----------------------------------|------------------|---|-----------------------------------|
| | Custo amortizado | Valor justo por meio de outros resultados abrangentes | Valor justo por meio do resultado | Custo amortizado | Valor justo por meio de outros resultados abrangentes | Valor justo por meio do resultado |
| Ativos | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.804 | - | - | 5.427 | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | - | - | 420.991 | - | - | 68.912 |
| Depósitos vinculados | 100.788 | - | - | 46.616 | - | - |
| Clientes | 21.642 | - | - | 43.389 | - | - |
| Outros ativos circulantes | 56 | - | - | 375 | - | - |
| | 128.290 | - | 420.991 | 95.807 | - | 68.912 |
| Passivos | | | | | | |
| Fornecedores | 36.644 | - | - | 11.382 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 1.203.490 | - | - | 389.726 | - | - |
| Contas a pagar com partes relacionadas | 12.905 | - | - | 14.234 | - | - |
| Passivo de arrendamento | 1.661 | - | - | 1.933 | - | - |
| Outros passivos circulantes | 9 | - | - | 176 | - | - |
| | 1.254.709 | - | - | 417.451 | - | - |

Valor justo

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo, conforme seguem as definições.

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- **Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- **Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram observados apenas instrumentos financeiros classificados como Nível 2 e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo período.

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, apenas para referência, são de R\$ 1.203.490 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 389.726 em 31 de dezembro de 2019). Esse valor consiste em empréstimo com a U.S. International Development Finance Corporation, e por ser um mercado exclusivo, é considerado como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento dos mesmos, é considerado como valor justo o valor contábil.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia não detinha contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. A Companhia gerencia e controla as exposições a riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo que otimiza o retorno.

Risco de crédito

A Companhia aloca uma pontuação de risco de crédito para cada exposição com base em dados que ela considera serem capazes de prever o risco de perda e na avaliação de crédito com base na sua experiência. As pontuações de risco de crédito são definidas utilizando fatores qualitativos e quantitativos indicativos do risco de inadimplemento, sendo consistente com as definições de classificação de crédito externas.

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os ratings das principais agências de risco utilizados no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional para longo prazo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados, bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Abaixo estão relacionados os instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito:

| Ativos financeiros | 2020 | 2019 |
|-------------------------------|-------------|-------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.804 | 5.427 |
| Títulos e valores mobiliários | 420.991 | 68.912 |
| Depósitos vinculados | 100.788 | 46.616 |
| Clientes | 21.642 | 43.389 |
| Outros ativos circulantes | 56 | 375 |

Os valores de perda de crédito esperado referente aos instrumentos financeiros supracitados, podem ser observados nas notas explicativas 4, 5, 6 e 7.

O risco de crédito nos recebíveis geralmente não é diversificado devido ao número limitado de clientes com os quais a Companhia trabalha. A tabela a seguir representa uma composição das concentrações em relação ao total da receita no período:

| Percentual da receita: | 2020 | 2019 |
|-------------------------------|-------------|-------------|
| Shell | 58% | 56% |
| Galp | 21% | 21% |
| Equinor | 10% | - |
| Petrobras | 5% | 21% |

Risco cambial

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais.

O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, de forma a minimizar (ou mesmo evitar) o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida. Instrumentos derivativos podem ser utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do *hedge* natural.

Nesse sentido, o endividamento refere-se ao empréstimo, em dólares norte-americanos com a U.S. International Development Finance Corporation (DFC). O fluxo de caixa destinado a servir o pagamento dessa dívida vem das operações da Companhia, cuja receita está atrelada ao dólar norte-americano, sendo a tarifa de movimentação de petróleo em vigor corrigida anualmente pelo índice de inflação norte-americano PPI e pelo IPCA. Parte dos resultados operacionais estão suscetíveis ao risco de variação cambial. Tendo em vista que os passivos estão em Real e a moeda funcional da Companhia é Dólar. A apreciação do real frente ao dólar poderá reduzir a margem operacional e o fluxo de caixa da Açu Petróleo. Com relação ao endividamento, a administração da Companhia entende que o fato de o serviço da dívida e a receita da Açu Petróleo estarem atrelados à mesma moeda resulta em um *hedge* natural para essa exposição.

Como a moeda funcional da Açu Petróleo é o dólar norte-americano, que é diferente da moeda onde a Açu Petróleo está estabelecida, que é o Real, uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real frente ao Dólar norte-americano pode afetar a mensuração dos instrumentos financeiros, o patrimônio líquido e o resultado da Companhia.

Esta análise de risco para a flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados ativos e passivos da Companhia, considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar passivos e posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2020:

| Passivos financeiros | Até 6 meses | De 6 a 12 meses | De 1 a 2 anos | De 2 a 5 anos | Mais que 5 anos | Total |
|--------------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------|----------------------|------------------------|------------------|
| Fornecedores | 36.644 | - | - | - | - | 36.644 |
| Empréstimos e financiamentos | 54.383 | 53.708 | 120.397 | 451.500 | 1.020.871 | 1.700.859 |
| Passivo de Arrendamento | 274 | 284 | 517 | 910 | - | 1.661 |
| Outros passivos circulantes | - | 9 | - | - | - | 9 |
| Total por faixa de vencimento | 91.301 | 54.001 | 120.914 | 452.410 | 1.020.871 | 1.739.497 |

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2019:

| Passivos financeiros | Até 6 meses | De 6 a 12 meses | De 1 a 2 anos | De 2 a 5 anos | Mais que 5 anos | Total |
|--------------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------|----------------------|------------------------|----------------|
| Fornecedores | 11.382 | - | - | - | - | 11.382 |
| Empréstimos e financiamentos | 28.285 | 27.801 | 54.381 | 165.037 | 299.722 | 575.225 |
| Passivo de Arrendamento | 240 | 246 | 505 | 1.446 | - | 2.437 |
| Outros passivos circulantes | - | 176 | - | - | - | 176 |
| Total por faixa de vencimento | 39.906 | 28.223 | 54.886 | 166.483 | 299.722 | 589.220 |

Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros

A Companhia, em complemento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) /IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia está exposta na data do balanço, conforme abaixo. Como a moeda funcional da Companhia é o dólar, esta exposição se dá nesta moeda funcional, sendo os valores expostos em reais da tabela abaixo se tratam dos valores em dólares reconvertidos para a moeda de apresentação.

| (em milhares, nas moedas indicadas) | Fator de risco | Valores expostos em 31/12/2020 | | | | |
|---|----------------|--------------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|------------------|
| | | R\$ | Cenário +25% (ii) | Cenário +50% (iii) | Cenário -25% (iv) | Cenário -50% (v) |
| Ativos | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | R\$ | 5.804 | 1.451 | 2.902 | (1.451) | (2.902) |
| Clientes | R\$ | 21.642 | 5.410 | 10.821 | (5.410) | (10.821) |
| Outros ativos | R\$ | 248 | 62 | 124 | (62) | (124) |
| Total | | 27.694 | 6.923 | 13.847 | (6.923) | (13.847) |
| Passivos | | | | | | |
| Fornecedores | R\$ | 36.644 | 9.161 | 18.322 | (9.161) | (18.322) |
| Outras contas a pagar com partes relacionadas | R\$ | 12.905 | 3.226 | 6.452 | (3.226) | (6.452) |
| Passivo de arrendamento | R\$ | 1.661 | 415 | 831 | (415) | (831) |
| Outros passivos circulantes | R\$ | 9 | 2 | 4 | (2) | (4) |
| Total | | 51.219 | 12.805 | 25.609 | (12.805) | (25.609) |

Premissas adotadas:

| | | | | | |
|----------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Cotação do dólar americano | 5,9167 | 6,3709 | 7,6451 | 3,8225 | 2,5484 |
|----------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|

- (i) Aumento de 25% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2020.
- (ii) Aumento de 50% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2020.
- (iii) Diminuição de 25% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2020.
- (iv) Diminuição de 50% na cotação do dólar americano, com relação a cotação de 31 de dezembro de 2020.

25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratação de seguros para seus ativos, lucros cessantes e riscos de possíveis danos causados a terceiros em decorrência de suas operações, em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras Companhias de dimensão semelhante operando no setor.

| | 2020 | 2019 |
|---------------------------------|-----------|---------|
| Riscos operacionais | | |
| Danos materiais | 546.246 | 426.968 |
| Responsabilidade Civil | 1.039.340 | 746.002 |
| Lucros Cessantes | 310.004 | 197.569 |
| Risco de dano ao meio ambiente. | 259.835 | 162.909 |

Composição do Conselho de Administração

Pedro Pullen Parente
Presidente

Kevin Lee Lowder
Membro do Conselho

Jorge Marque de Toledo Camargo
Membro do Conselho

Carlos Tadeu da Costa Fraga
Membro do Conselho

Holger Cristian Donath
Membro do Conselho

Lavinia Hollanda
Membro Independente do Conselho

Patricia Helena Fonseca Garcia
Membro Independente do Conselho

Composição da Diretoria

Victor Jorge Snabaitis Bomfim
Diretor Presidente

Nicholas John BurrIDGE
Diretor financeiro e de Relações com Investidores

Eduardo Pereira Goulart
Diretor Comercial

Alfredo Nilton Lafuente Covarrubias
Diretor de Engenharia, Manutenção e Operação

Mariana Begossi
Gerente de Controladoria
Contador CRC RJ 094602/O